

# A CURADORIA GERAL DOS SERVIÇOS E COLONOS (S. TOMÉ E PRÍNCIPE 1875/1926)

**Título:** A CURADORIA GERAL DOS SERVIÇOS E COLONOS  
(S. TOMÉ E PRÍNCIPE 1875/1926)

©2021 Maria Nazaré de Ceita e Editorial Novembro

**Autora:** Maria Nazaré de Ceita

**Coordenação Editorial:** Editorial Novembro, Edições Cão Menor, Unip Lda

**Conceção e Produção Gráfica:** Editorial Novembro, Edições Cão Menor, Unip Lda

**Imagem de capa:** cedência do Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe

**1.ª edição:** Abril de 2021

**Impressão e Acabamento:** PENAGRÁFICA - ARTES GRÁFICAS, LDA

**Depósito legal n.º:** 482484/21

**ISBN:** 978-989-54984-4-4

Reservados todos os direitos

Editorial Novembro

Uma Editora do Grupo de Comunicação Novembro

Rua S. João de Deus, n.º 116, 2.º andar, Sala 3,

4760-162 Vila Nova de Famalicão

[www.novembro.pt](http://www.novembro.pt)

telf. 252 861 330

## Maria Nazaré de Ceita



EDITORIAL  
NOVEMBRO

## **AGRADECIMENTOS**

O presente livro é fruto de um árduo trabalho de pesquisa que esteve na base da nossa dissertação de Mestrado em História de África, cujo título original foi “Para uma História da Curadoria Geral dos Serviçais Colonos de S. Tomé e Príncipe (1875-1926)” defendida em Dezembro de 2006 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Agradeço em primeiro lugar à Professora Doutora Isabel Castro Henriques, minha mestra e amiga, cuja mão carinhosa me conduziu e ensinou a admirar e a amar a História de África;

À Helena Natália, minha colega de Mestrado, irmã e confidente, pela partilha das inquietações sobre a família e processos democráticos em África;

À Maria do Amparo, minha voz silenciosa, mesmo quando, por razões familiares, me ausentava temporariamente de Portugal;

Ao meu marido e companheiro Alcino Sousa, pelo carinho e compreensão e também pelo pronto apoio metodológico, em longas noites de novas abordagens e correcções, inclusivamente, on-line;

Aos meus pais, sogros e filhos pelo firme apoio, encorajamento e muito amor, apesar das longas ausências;

Às minhas cunhadas Marta e Helena, pela oferta do tecto e ombros amigos, quando já não me restavam forças;

Ao Bryan, Nelylena e Halane, que comigo deram os primeiros passos na elaboração de um trabalho científico mais apurado;

Ao IPAD, Fundação das Ciências e Tecnologia, Projecto PRE-CASP, na pessoa do Dr. Emílio Lima e ao Governo de S. Tomé e Príncipe pelo apoio financeiro.

À Anabela Barroso, Directora e grande profissional do Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe, pela sua destreza na busca dos documentos primários, bibliografia, compreensão e amizade fraterna.

A todos, um abraço com a maior gratidão.

## **Nota Especial da Autora**

Existem momentos muito especiais nas nossas vidas. Um deles é trazeremos à tona as pessoas que cruzam os nossos caminhos, às vezes por casualidade, mas que se tornam indeléveis e muito marcantes durante a caminhada.

Partindo desse pressuposto, quero aqui agradecer de forma veemente a duas pessoas que tornaram possível a publicação deste livro: Primeiro, a Senhora Dra. Avelina Ferraz com quem simpatizei no primeiro minuto do nosso encontro no Porto, dada a sua tranquilidade e afabilidade no trato, e que, mal me ouviu falar do referido trabalho científico, se predipôs em colocar à minha disposição a Editorial Novembro, Edições Cão Menor, Unip Lda; A segunda, o meu amigo, Dr. Eugénio de Bezerra, um português com uma sensibilidade africana sem precedentes, que já sei, trilhará comigo as ciências sociais e humanas e as inquietações do desenvolvimento socioeconómico, incluindo o humanitário em África.

Podem crer, ambos, que vos carrego no peito!

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	5
NOTA ESPECIAL DA AUTORA .....	7
PREFÁCIO.....	13
INTRODUÇÃO .....	25
<b>PARTE I</b>	
<b>A CRIAÇÃO DA CURADORIA GERAL DOS SERVIÇAIIS E COLONOS NO CENÁRIO COLONIAL DO ARQUIPÉLAGO.....</b>	
<b>33</b>	
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>GÉNESE E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CURADORIA GERAL DOS SERVIÇAIIS E COLONOS DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE EM 1875.....</b>	
<b>37</b>	
1. S. Tomé e Príncipe em meados do século XIX: estratificação social e relações de poder .....	37
2. A Curadoria Geral dos Serviçaiis e Colonos: Porquê? Como? Para quê? .....	43
3. Objectivos, organigrama e métodos de trabalho da Curadoria Geral dos Serviçaiis e Colonos.....	52
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>A CURADORIA GERAL DOS SERVIÇAIIS E COLONOS: LEGISLAÇÃO, DEMOGRAFIA E PODER COLONIAL .....</b>	
<b>61</b>	
1. Análise da legislação relativa ao recrutamento, ao trabalho e à função de fiscalização.....	61
2. A evolução demográfica dos serviçaiis e colonos: fluxo da mão-de-obra e processos de repatriação .....	81
3. Relação da Curadoria Geral dos Serviçaiis e Colonos com os agentes do poder oficial e a população autóctone.....	94

**PARTE II****INVENTÁRIO E ESTUDO DAS FUNÇÕES DA CURADORIA GERAL DOS SERVIÇAIS E COLONOS E DAS SUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS ..... 105****CAPÍTULO III****A CURADORIA: FUNÇÕES LEGAIS E FORMAS DE FUNCIONAMENTO ..... 109**

1. Análise das relações laborais entre serviçais e roceiros: mecanismos de recrutamento, estabelecimento de contratos de trabalho e de transporte, condições de trabalho e de vida..... 109
2. Mecanismos administrativos de recepção, de depósito, de distribuição, de controlo e de recontração da mão-de-obra serviçal..... 120
3. Conflitualidade: violência, denúncia, punição..... 126

**CAPÍTULO IV****A CURADORIA, POPULAÇÃO AUTÓCTONE E OS CONTRATADOS..... 129**

1. A Curadoria e as populações do arquipélago: relações de conflitualidade ..... 130
2. As populações autóctones e as suas relações com os contratados..... 136

**PARTE III****A COMPANHIA ILHA DO PRÍNCIPE/ ROÇA ÁGUA IZÉ: ESTUDO DE CASO ..... 141****CAPÍTULO V****ÁGUA IZÉ: CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO DE UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO CENTRADA NO CACAU ..... 145**

1. Água Izé: uma grande unidade de cacau e um exemplo a seguir..... 145
2. Alusão estatística dos diferentes aspectos da Roça Água Izé entre 1898 e 1925 ..... 149

**CAPÍTULO VI****O QUOTIDIANO DA ROÇA: “O TOCAR DO SINO”: DO ACORDAR AO ADORMECER – O QUOTIDIANO DA ROÇA ATRAVÉS DOS DEPOIMENTOS ORAIS ..... 157**

1. Extracto Sintético dos depoimentos orais do antigo pessoal administrativo da Curadoria..... 157
2. Síntese dos depoimentos orais dos antigos serviçais..... 163

CONCLUSÃO ..... 167

BIBLIOGRAFIA..... 169

APÊNDICE DOCUMENTAL ..... 181

## PREFÁCIO

### O Trabalho: Mecanismo “Civilizacional” Absoluto da Coloni- zação Portuguesa

*É precisamente pelo trabalho que o selvagem entra no caminho do bem, e se os seus hábitos herdados, o seu modo de vida e a sua índole particular o afastam tenazmente desse caminho, a nós compete impeli-lo para aí e a própria moral ordena que se empregue mesmo a coacção quando for necessário e oportuno.*

Paiva Couceiro, 1898

A longa história das relações dos portugueses com os africanos, põe em evidência o eurocentrismo que caracteriza todos os seus projectos e orienta as mais diversas operações – religiosas, sociais e políticas, económicas e comerciais –, assenta num princípio considerado indiscutível: o trabalho é o mecanismo civilizacional absoluto. Escravo, indígena, contratado, serviçal constituem categorias destinadas a classificar os trabalhadores africanos, sublinhando o carácter singular de formas de trabalho que não se limitam a assegurar a produção, mas visam, reduzindo o africano à sua “inferioridade natural”, impor-lhe uma outra lógica de vida, fazê-lo entrar *no caminho do bem* (Paiva Couceiro, *Angola. Estudo Administrativo*, 1898), permitindo-lhe *melhorar-se pelo trabalho*, pois a *empresa misericordiosa de salvar almas para Deus tem de se conciliar com a de educar corpos para o trabalho* (António Ennes, *Moçambique – Relatório apresentado ao Governo*, 1899).

Reconstruído no século XIX, o projecto colonial português não pode, senão tarde, no século XX, libertar-se das violências e das

contradições em que o encerravam tradições e preconceitos seculares. O descrédito que sempre pesara sobre África, marcado por diferentes formas de desqualificação do africano, enraizadas na ideia corrente de que os africanos possuíam uma espécie de carga negativa, revelada pela cor da pele e pela sua “selvajaria” cultural, como a antropofagia, reforçado pela longa prática da escravatura e do tráfico negreiro, resultava também de uma outra longa prática, a do degredo, nesse espaço considerado o lugar ideal para castigar e expulsar da sociedade “normal” os grandes criminosos. Esta desvalorização dos homens e das terras africanos, fundamentada durante séculos por ideais religiosos e/ou filosóficos e por leis respeitadoras dos interesses e das conjunturas que enquadravam e legitimavam as operações colonizadoras europeias, põe em evidência continuidades estruturantes que caracterizam as “sempre civilizadoras” intervenções portuguesas no continente africano.

A ideia “civilizadora”, cuja matriz se pode encontrar nas fundamentações da expansão portuguesa e da colonização das Américas, marcadas pelo imperativo do cristianismo, adquire, no último quartel de Oitocentos, contornos teóricos sólidos baseados na “prova científica” da superioridade branca/europeia e da inferioridade negra/africana, quer no campo biológico, quer cultural, sobretudo com os trabalhos de Oliveira Martins (*O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 1880). Dando continuidade ao esforço monárquico, a “missão civilizadora” revela-se uma estratégia central para a execução do projecto colonial da Primeira República (1910-1926), integrado numa política de inovação, de progresso e de modernização nacional.

Acrescente-se que este período entre 1875 e 1926, que estabelece as fronteiras cronológicas deste estudo, é marcado pela Conferência de Berlim (1884-1885), pela perturbação da sociedade portuguesa perante decisões europeias contrárias às suas aspirações relativamente a África, pelas operações militares, designadas de

“campanhas de pacificação”, destinadas a eliminar as resistências africanas à ocupação dos seus territórios ancestrais e a assegurar o controle dos espaços coloniais. Mas deve acrescentar-se também o êxito financeiro das culturas das roças de São Tomé e Príncipe, transformadas nas “pérolas” do Império, cuja exploração das terras gerava lucros imensos e aparentemente fáceis, criando a ilusão da criação de um novo Brasil ou de “Brasis” africanos. Nos primeiros anos da República (1913) a reexportação dos produtos coloniais, provindos sobretudo de São Tomé, correspondia a cerca de metade das exportações, cobrindo parte muito substancial do défice comercial português.

Verificou-se, pois, a persistência e a continuidade dos projectos de exploração das colónias portuguesas: estes projectos assentavam na obtenção da força de trabalho a baixo preço, de maneira a permitir uma produção abundante, barata e evidentemente lucrativa. Para responder às solicitações dos colonos – cuja instalação em África era incentivada pelas autoridades, pois o projecto colonial português era também um projecto de “branquização” ou de “desafricanização” dos espaços africanos –, o Estado português devia não só elaborar uma legislação que enquadrasse, regulasse e legitimasse a “aquisição” de trabalhadores, servindo para criar a máscara jurídica necessária face aos comentários e às denúncias dos observadores estrangeiros, mas também encontrar vias astuciosas para organizar o trabalho dos africanos.

É neste contexto complexo de situações, de ideias, de relações, de decisões, de contradições que emerge a problemática dos serviços de São Tomé e Príncipe que suscitou o interesse historiográfico de Nazaré Ceita, não só pelas muitas lacunas, interrogações, paradoxos e incongruências que tornavam a questão nebulosa, como também pela necessidade de alargar o quadro teórico relativo ao trabalho africano em situação colonial.

Este trabalho de Nazaré Ceita, intitulado *A Curadoria Geral dos*